

A MEMÓRIA INSTITUCIONAL E SOCIAL NO ARQUIVO ESCOLAR: um estudo do Arquivo do Instituto de Educação da Paraíba - IEP- PB

Bela Janaína Barbosa de Melo Santos (UEPB) (jan.barme@yahoo.com.br)¹
Prof^a Ms^a Rosires de Andrade Carvalho (UEPB) (rosires.andrade@gmail.com)²

Resumo

Dentre as instituições públicas prestadoras de informações relevantes à sociedade, o arquivo escolar, figura-se como aquele que é responsável pela documentação inerente a todo processo educacional. O uso dos arquivos escolares, como fontes de pesquisas para a sociedade, vão muito além, do que simples mecanismos auxiliares da compreensão histórica. Inserem-se como elementos de prova e de representação da cultura e memória, com as particularidades da escola que os produziu, como também dos indivíduos sociais aos quais se referem. Os arquivos permanentes são responsáveis por disseminar e manter viva a memória da instituição escolar e daqueles que fizeram parte dela. Por isso, é importante que as informações contidas nesses espaços sejam organizadas e acondicionadas oferecendo condições de acesso e divulgação para os seus usuários, sejam eles: pesquisadores, historiadores, docentes, discentes, enfim, da sociedade de um modo geral. Este artigo é resultado de uma pesquisa empírica desenvolvida com o objetivo, de analisar a importância da informação, do arquivo do IEP-PB como memória institucional e social da comunidade em geral. É uma pesquisa empírica de cunho descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa, usando como instrumentos de coleta de dados a entrevista e o uso de questionários. Constatou-se através desta, que a “importância do arquivo escolar, permanente do IEP, enquanto guardião e disseminador, da memória institucional e social” é um fato notório, porém, permanece ainda no plano teórico não se revelando em ações gerenciais concretas em busca da melhoria de seu acesso para os usuários.

Palavras-chave: Arquivo Escolar. Arquivo Permanente. Memória

1 Introdução

A informação é o ingrediente fundamental para a construção do conhecimento e a tomada de decisão. Assim, toda a informação produzida tanto no ambiente organizacional, quanto as informações de cunho pessoal merecem atenção por parte das instituições, por se tratar da memória da organização.

As escolas sejam elas privadas ou públicas, necessitam tratar suas informações adequadamente e para que isso ocorra, devem possuir pelo menos um arquivo, pois o mesmo além de servir à administração, é responsável pela preservação da memória social e institucional.

É importante que os documentos que possuam valor secundário, que ultrapassa o valor de prova adquirindo um valor histórico, sejam organizados e armazenados, de modo que seu

¹ Bacharela em arquivologia

² Prof^a Ms^a do curso de arquivologia da UEPB

tempo de vida seja prolongado, e a informação tenha condições de ser acessada. Para isso, é imprescindível se pensar na organização e na elaboração de instrumentos de pesquisa desses

documentos, que devem ser feitos com base em critérios que permitam o seu acesso e disponham de mecanismos que facilitem sua disseminação para a sociedade.

O interesse em estudar a memória do Instituto de Educação da Paraíba surgiu a partir do estágio obrigatório para complementar a grade curricular do curso. Nesse período, observou-se que os funcionários e os alunos desconheciam por completo os documentos que compunham o arquivo e sua importância para a história do Estado.

O estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar a importância do arquivo escolar do IEP-PB, como fonte de memória. Para isso, foram traçados os seguintes objetivos específicos: destacar a importância do arquivo permanente do IEP; verificar o cumprimento da legislação arquivística nessa Instituição escolar; identificar as dificuldades de busca informacional; identificar a imagem do seu arquivo, por meio de sua comunidade escolar, e, por fim, verificar a existência de difusão cultural do arquivo e da memória institucional escolar dessa Instituição. A pesquisa em pauta analisa a importância da informação do arquivo do IEPB como fonte de memória institucional e da comunidade em geral, partindo da seguinte hipótese: O arquivo escolar do Instituto de Educação da Paraíba não é fortalecido por uma política de difusão da informação em seu arquivo permanente.

O Instituto de Educação da Paraíba, por existir há mais de 125 anos e ser uma referência na Educação do estado, é uma escola normal modelo, de formação de professores, que deu certo, e é responsável pela formação de personagens importantes para a história do Estado, como também de cidadãos comuns. Essa Instituição passou por diversas reformas, ao longo do tempo, e o seu arquivo passou a ser relevante para a memória da Instituição. Isso nos despertou a preocupação voltada para a questão de seu reconhecimento como órgão disseminador de suas informações. Partindo desse pressuposto, surgiu a pergunta norteadora: Como é possível implantar políticas de difusão do arquivo permanente do IEP? Esse questionamento resultou de um interesse em relação à percepção da importância dos arquivos escolares como veículos da memória e que ainda são pouco percebidos e estudados na área da Arquivologia.

Para este trabalho, escolhemos a investigação empírica, pois, segundo Demo (2000, p. 21), “a pesquisa dedicada ao tratamento da face empírica e fatural da realidade produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural”.

Esta pesquisa empírica caracterizou-se como um estudo de caso, cujo objetivo foi o de descobrir respostas profundas. Triviños (1987, p. 113) afirma que o estudo de caso é “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”.

A escolha do IEPB, como campo, para realização desta pesquisa, deveu-se ao fato de a escola está situada em um local de fácil acesso, localizada na Rua Camilo de Holanda, no centro de João Pessoa, Paraíba e manter sua estrutura arquitetônica original de 1958 em bom estado de conservação e por se tratar de uma Instituição bastante conhecida entre os paraibanos, que tem como missão o ensino do Magistério, para formar professores, e o objetivo de fortalecer sua formação pedagógica e, ao mesmo tempo, por ser bastante relevante para a história social das mulheres, que já estudaram na Instituição, quando ela funcionava como uma escola exclusivamente para moças. Enfim, por ter passado por várias modificações em sua estrutura funcional e estrutural e essas modificações terem repercussões diretas no Arquivo da Instituição.

A importância desse trabalho centra-se na motivação em levar a sociedade a reconhecer o valor de pertencimento da informação escolar, por parte dos envolvidos na atividade pedagógica, como também dos indivíduos sociais, que fazem ou já fizeram parte do quadro de discentes da referida Instituição.

Este trabalho é importante para a sociedade pelo fato de poder contribuir para o reconhecimento do arquivo escolar como guardião e disseminador de sua história de escolarização e objeto facilitador de acesso as suas informações.

Para a Arquivologia, a importância dessa pesquisa se justifica pelo fato de poder trazer o entendimento adequado sobre a importância da organização e da disseminação da informação por parte da Instituição escolar, uma vez que a informação documental é objeto de estudo dessa Ciência.

2. Referencial teórico

A finalidade do referencial teórico é explicitar as relações entre as dimensões apresentadas, fundamentadas em uma análise crítica da literatura. Para tanto, identificamos aspectos relevantes para a construção dessa pesquisa, com a intenção de abrir o campo de visão em relação ao arquivo, com base nos objetivos inseridos, e responsáveis pelo encaminhamento e cumprimento da pesquisa e pela transmissão do conhecimento. Assim, o referencial teórico

desse estudo constitui a lente por meio da qual o problema da pesquisa foi compreendido e investigado.

2.1 O documento, o arquivo permanente e sua compreensão

Os arquivos, durante muito tempo, foram considerados meros depósitos de papel velho. Esse estereótipo, muitas vezes, foi utilizado pela própria administração pública, que o conceituava como “arquivo morto”.

O documento de arquivo segue um ciclo de vida denominado pela teoria arquivística de Ciclo Vital dos Documentos. De acordo com esse princípio, o documento nasce com a finalidade de registrar uma determinada atividade administrativa. Nesse sentido, existe um tempo de vida útil, que é determinado pelo valor de uso desse documento.

De acordo com Rousseau e Couture (1998, p.117), os valores dos documentos são de dois tipos: primário e secundário. Por valor primário, entende-se “como sendo a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram os seus criadores”. Nesse caso, os documentos são criados com razões específicas da Instituição produtora no curso de suas atividades.

O valor secundário é definido pelos autores como “a qualidade do documento baseado nas utilizações não imediatas ou científicas”. O uso tem como base o potencial do documento como testemunho das atividades para as quais foi gerado.

De acordo com a legislação vigente no país, a Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, enfatiza, em seu art. 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais. As ob § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta os quantos dela necessitem (grifo nosso).

Segundo Le Goff (1982, p. 44),

o documento não é uma mercadoria invendida do passado, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força que nela detinham o poder. E só a análise do documento, enquanto documento permite à memória coletiva recuperá-lo.

Para Castro (1988, p. 250), as atividades do arquivo permanente são:

Recolher, reunir, classificar, arranjar, descrever, inventariar, estimular e orientar as pesquisas, **divulgar o acervo (publicações e exposições)** fornecer certidões e cópias, vedar saída de documentos, dar assistência aos diversos órgãos de Arquivos Correntes e Intermediários (Política de Avaliação dos Órgãos), selecionar e acompanhar os documentos na microfilmagem e restauração.(grifo nosso)

A lei nº 8.159, de 08/01/91, dispõe sobre a política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, em seu art. 4º, que estabelece:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do Estado, bem como a intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Paes (2007, p.121) explica que

a função do arquivo permanente é reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, ou seja, custodiar, conservar e tornar acessíveis documentos não-correntes, que possam tornar-se úteis para fins de pesquisas históricas e outros fins.

Alcântara (1998, p. 34) define arquivo permanente como sendo “o conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função do seu valor probatório e/ ou informativo.”

O arquivo permanente é considerado o local onde os documentos terão uma guarda definitiva, em que não deverão ser só custodiados, mas também disponibilizados, o que permite que as suas informações sejam disseminadas com qualidade para todos aqueles que a buscam para usos científicos, sociais, culturais ou probatórios.

2.2 Construção social da memória e o arquivo escolar

A memória social se constrói ao longo de muitas gerações de indivíduos mergulhados em relações determinadas por estruturas sociais.

A construção da memória social implica a referência ao que não foi presenciado. Quando nos lembramos dos acontecimentos ocorridos no passado, estamos trazendo à tona memórias que foram construídas coletivamente.

No que diz respeito à relação entre memória e história, Le Goff, (1982, p. 91) afirma que se trata de coisas distintas, porque

a memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a história, que é a forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória ao invés, é operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e legitimações que a produz (grifo nosso).

A memória social é, portanto, decisiva para a construção do sentido da dimensão histórica da vida social, porquanto propicia a percepção do processo de desenvolvimento social como algo sujeito a mudanças que se produzem, por intervenção das forças sociais do presente, a partir de acúmulos produzidos historicamente.

A escola é uma Instituição social que proporciona aos alunos, por meio de trabalho diário, condições para o desenvolvimento global de suas potencialidades.

Feijó (1988, p. 63) conceitua arquivo escolar como um “[...] local de guarda e preservação dos fatos, através de documentos que digam respeito tanto à vida escolar do educando quanto do próprio estabelecimento. Os arquivos escolares, portanto, têm por finalidade ser um meio de prova de direito de pessoas ou da administração. Eles são fontes de preciosas informações, capazes de nos demonstrar as inquietações de um determinado período, e tornam possível a construção da memória educativa.

Para Nora (1993, p. 9), "desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história". A memória, para o autor, enraíza-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Muitas vezes, a memória é guardada em depósitos documentais, considerados, erroneamente, como “arquivo morto”, e que não recebem nenhum tipo de tratamento, nem suas informações, cujo uso é necessário, servem à sociedade. E isso acaba contribuindo para o esquecimento da informação de fatos do cotidiano de inúmeras pessoas, impossibilitando o acesso e a valorização da identidade coletiva e institucional.

As fontes documentais históricas, principalmente as mais antigas, são vistas pela maioria das pessoas que trabalham como gestores das escolas, por professores e funcionários como “papéis velhos”, sem valor. A visão mencionada, que impregna as instituições sociais em geral, traz consequências graves e prejuízos para a sociedade e para a Instituição escolar, apaga a história da educação e multiplica o número de pessoas que fazem parte de uma

“geração sem memória” (SILVA, 2004). A memória se constrói pelos materiais que fizeram parte do nosso passado e que estão à nossa disposição, no conjunto de representações que fazem parte de nossa consciência atual.

O arquivo permanente escolar, inserido nas instituições, pode ser utilizado efetivamente como fonte de conhecimento, tanto para os pesquisadores e historiadores, quanto, de forma mais democrática, para os cidadãos comuns e, em especial, para os alunos. Em última instância, todo arquivo é uma fonte educativa, mas, para que essa mesma fonte seja aproveitada pelos alunos dos vários níveis de ensino, é preciso que disponham de programas específicos para atender a um público – também específico – com necessidades diferentes daquelas inerentes aos pesquisadores e historiadores (BELLOTTO, 2005).

O arquivo permanente tem que saber alimentar a Instituição e a sociedade, e esta precisa sentir prazerosamente o gosto pela memória. E isso é possível através da implantação de políticas de difusão cultural no arquivo. Quando esse gosto não é sentido, isso significa que o arquivo não está cumprindo uma das suas funções essenciais, nesse caso especial, aquela que salvaguardaria o próprio futuro, porque, quando a sociedade sabe valorizar o que hoje é passado, amanhã, certamente, valorizará o que hoje é futuro.

3. Considerações finais

A priori, os objetivos levantados na presente pesquisa foram fundamentais para os resultados alcançados nas análises.

Ao caracterizar o arquivo, percebemos, através de observações e de relatos, a falta do conhecimento e do cumprimento da legislação arquivística por parte da Instituição. Porém, percebemos também que a funcionária responsável pelo arquivo, mesmo sem ter conhecimento na área arquivística, tem se esforçado no sentido de organizá-lo e tem consciência de sua importância e da função social que ele desempenha, que só se realiza através da difusão cultural e educativa.

A análise dos dados da pesquisa apontou, ainda, que a falta de recursos financeiros disponibilizados pelo poder público dificulta o trabalho de organização do arquivo e impossibilita a compra de materiais necessários para a execução dos trabalhos relacionados à sua organização.

No que diz respeito à identificação das dificuldades de busca informacional, percebemos que a falta de organização do arquivo é um dos fatores que ocasionam os problemas, que o arquivo

passa por um processo de organização de suas informações e que os resultados positivos começam a ser notados. Porém, como o processo ainda não foi concluído, apresenta, ainda, algumas dificuldades, na busca pelas informações, pois, enquanto o arquivo não estiver totalmente organizado, em relação as suas informações, não é possível descrever os documentos existentes nele nem elaborar instrumentos referenciais para melhorar a busca das informações e sua difusão cultural. Constatamos também a necessidade de um profissional arquivista, ou mesmo um profissional com experiência na área.

De acordo com as entrevistas feitas tanto aos funcionários quanto ao pesquisador, percebemos que esses profissionais são conscientes a respeito da importância do valor do Arquivo do IEP como o lugar da memória institucional e social.

Os resultados dos dados obtidos com os estudantes demonstraram que a maioria dos alunos sabem da existência do arquivo e de sua importância, porém não o conhecem, pois nunca o visitaram. Todavia, chamou a atenção o fato de os funcionários da Instituição perceberem que desconheciam o arquivo. Sob nosso ponto de vista, esse fato remete à falta do hábito por parte da Instituição em termos de gestores e educadores, de se trabalhar em pesquisas escolares com informação de dados primários relacionados com a história institucional, como estratégia pedagógica e meio de enriquecimento do conhecimento, e de fomento ao sentimento de pertencer à comunidade e ao fortalecimento da autoestima. Conseguimos identificar, de acordo com os dados coletados, que não existem políticas de difusão cultural no arquivo, para dar visibilidade à memória institucional escolar, e que a implantação de políticas de difusão da memória institucional valorizaria o arquivo e a

Instituição. Porém é necessário, antes de tudo, concluir o processo de organização do arquivo, pois, só assim, será possível descrever as informações existentes e dar início à elaboração de instrumentos de pesquisa, algo que se coloca como ferramenta no processo de disseminação das informações.

A pesquisa revelou também que a “importância do arquivo escolar permanente do IEP, como guardião e disseminador da memória institucional e social” permanece ainda no plano teórico, pois não se revelou, ainda, em ações gerenciais concretas em busca da melhoria do acesso ao seu acervo informacional para os usuários.

Nesse sentido, sugerimos que a Instituição providencie profissionais especializados na área arquivística ou com experiência na área de arquivo, para atuarem em seu arquivo. Diante disso, devemos levar em consideração que as informações contidas no arquivo são sobremaneira importantes para a memória institucional e social, razão por que essas mesmas informações

devem receber um tratamento adequado e com condições de serem acessadas por todos aqueles que delas necessitem.

Referências

- BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BERNARDES, I. P. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo Imprensa Oficial do Estado. 1998
- _____. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. Revista Brasileira de História da Educação. São Paulo: Editora Autores Associados, n. 10 jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/>> Acesso em 18/09/2010
- CASTRO, A. de M. e GASPARIAN, D. de M. *Arquivística Arquivologia*: arquivística = técnica, arquivologia = NETO ciência. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.
- COELHO, J T. O que é ação cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2005. – **Publicações Técnicas**; nº 51. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicações>> Acesso em: 30/03/2010.
- DUCHEIN, M. O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro: abril, 1982, p.14-33.
- FEIJÓ, V. M. Documentação e arquivos: arquivos escolares. Porto Alegre: Sagra. 1988. 147p.
- FERNANDES, R. Discursos do poder e poderes do discurso. Lisboa/Portugal, 2002. Mimeografado.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999
- HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- JARDIM, J. M. O conceito e a prática de gestão de documentos, **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./ dez. 1987, p.35-42.
- LE GOFF, J. História e Memória, Lisboa, Portugal, 1982.
- MAGALHÃES, J. (Org.). Para a história do ensino Liceal em Portugal. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 1999.
- MEDEIROS, R. H. A. Arquivos Escolares : breve introdução a seu conhecimento. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 3, Vitória da Conquista. **Anais...** Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003.
- MENEZES, M. C. (Org.). Inventário de fontes documentais. Escola Estadual Carlos Gomes (1903-1976). Campinas, 2003. Mimeografado.
- MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28. dez. 1993.
- PAES, M. L.. Arquivo: teoria e prática. 7 reimp. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- ROSÁRIO FILHO, J. e NOBRE, Júlio Cesar. Ação cultural na prática da biblioteca: uma estratégia dinâmica na mediação do conhecimento. 2007. Disponível em: <<http://meuartigo.brasile scola.com/educacao/acao-culturalpraticabibliotecaria.htm>>. Acesso em: 17 de Junho de 2010.
- SANTOS, M. S. Memória Coletiva e Teoria Social: São Paulo: ANNABLUME editora, 2003.
- VIDAL, D. G.e ZAIA, I. B. De arquivo morto a permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In: Contribuição para a pesquisa do ensino técnico em São Paulo: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.